

---

## **Empreendedorismo e riscos da criminalidade na agricultura urbana: o caso do bairro Curuçambá, Região Metropolitana de Belém**

### **Entrepreneurship and crime risks in urban agriculture: the case of the Curuçambá neighborhood, Belém Metropolitan Region**

Paulo Silvano Magno Fróes-Júnior<sup>1</sup>, Fabrício Khoury Rebello<sup>1</sup>, Marcos Antônio Souza dos Santos<sup>1\*</sup>, Cyntia Meireles Martins<sup>1</sup>, Maria Lúcia Bahia Lopes<sup>2</sup>, João Paulo Borges de Loureiro<sup>1</sup>

---

#### **RESUMO**

O artigo analisa aspectos da gestão de negócios e competências empreendedoras de agricultores urbanos do bairro Curuçambá, município de Ananindeua, Região Metropolitana de Belém, considerando as dinâmicas do processo de urbanização vivenciado nas cidades da Amazônia e dos riscos da criminalidade. Foram entrevistados 63 agricultores e constatou-se que 98,41% dos negócios são geridos pela família, mas 52,38% têm pouca experiência com práticas de gestão, pois 76,19% nunca realizou qualquer tipo de registro econômico-financeiro da produção e 81,71% nunca procurou assistência técnica e empresarial. A criminalidade foi avaliada com grau de severidade “muito alta” por 33,33% dos agricultores e a falta de segurança pública limita, principalmente, o desempenho comercial, mudando perspectivas de comercialização e investimentos na agricultura urbana.

**Palavras-chave:** Economia urbana; Produção agrícola; Segurança pública.

---

#### **ABSTRACT**

The article analyzes aspects of business management and entrepreneurial skills of urban farmers in the Curuçambá neighborhood, Ananindeua municipality, Belém Metropolitan Region. It considered the dynamics of the urbanization process experienced in Amazonian cities and the risks of criminality. Sixty-three farmers were interviewed and it was found that 98.41% of the businesses are managed by the family. However, 52.38% have little experience with management practices since 76.19% have never made any economic-financial production record, and 81.71% have never sought technical and business assistance. The crime was evaluated with a degree of severity "very high" by 33.33% of the farmers and the lack of public safety mainly limits business performance, changing marketing perspectives and investments in urban agriculture.

**Keywords:** Urban economy; Agricultural production; Public safety.

---

---

<sup>1</sup> Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

\*E-mail: marcos.marituba@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade da Amazônia (UNAMA)

## INTRODUÇÃO

A modernização da agricultura brasileira causou uma série de mudanças nas relações sociais e trabalhistas no campo. A intensificação do setor industrial com a implementação de equipamentos e insumos para agricultura, marginalizou comunidades rurais pobres (TEIXEIRA, 2005), devido à redução das oportunidades de emprego no meio rural. Dessa forma, acentuou-se, principalmente durante a década de 1960, o fluxo migratório campo-cidade, provocando uma desordenada aceleração do processo de urbanização.

Camarano e Abramovay (1999) destacam que somente entre as décadas de 1960 a 1980 o êxodo rural brasileiro chegou a cerca de 27 milhões de pessoas migrantes, sendo que nas estatísticas habitacionais, a população rural nacional caiu de 44% para 22% durante o período de 1970 a 1996 e, segundo os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015) estima-se que, no Brasil, 84,72% da população brasileira seja residente nas cidades, restando somente 15,28% na zona rural.

Com o aumento da população citadina, problemas na esfera urbana foram acentuados como a fome, a baixa assistência à saúde, a ausência de condições adequadas de moradia, o desemprego, a miséria e a violência (SLINGER, 2000). Nesse sentido, comunidades migrantes que previamente eram envolvidas com o setor agropecuário e que, de modo generalista, não foram facilmente absorvidas nas atividades laborais do meio urbano, tiveram que encontrar alternativas de sobrevivência econômica diante desse novo cenário.

Este aspecto se configurou como uma ameaça à qualidade de vida dessas pessoas, tornando-se um problema recorrente nos centros urbanos de diversas regiões, a exemplo das cidades da Amazônia. A especialização laboral desses atores, juntamente com necessidades de sobrevivência e o aumento das demandas alimentares nos centros urbanos (TEIXEIRA, 2005), estimularam o surgimento daquilo que Mougeot (2000) define como “atividades relacionadas ao setor primário que se desenvolvem nos entremeios da cidade”.

Desta forma, emerge nas cidades a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) como uma atividade oriunda da relação rural e urbana, que nasce, inicialmente, em um contexto de subsistência, mas que ao longo do tempo e no cenário global, mostra-se como uma importante alternativa socioeconômica. Por ser uma atividade geradora de empregos e renda (YOSHIDA et al., 2019), estima-se que entre 25% a 30% da população urbana

mundial está inserida na atividade, sendo que cerca de 100 a 200 milhões de agricultores urbanos trabalham como fornecedores de produtos olerícolas para os mercados das cidades (ORSINI et al., 2013).

Com o tempo, os agricultores urbanos que, anteriormente, direcionavam o cultivo para pequenas escalas de subsistência e autoconsumo, começam a orientar a produção para a formação de empreendimentos de escala comercial (ORSINI et al., 2013). Porém, na teoria e na prática, o comportamento de empreendimentos comerciais de agricultura urbana na Amazônia é pouco investigado, desconhecendo-se então, aspectos importantes do perfil de empreendedorismo, administração e de planejamento dos produtores que atuam no segmento.

Por outro lado, um problema recorrente gerado pelo fenômeno do êxodo rural foi o aumento da criminalidade nas cidades. Sendo assim, observa-se também que estudos que relacionam a agricultura urbana com o empreendedorismo agropecuário e/ou com o crime são escassos e constituem também grandes lacunas de análise científica.

A Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2017), retrata que o crime, em especial o furto e roubo à mão armada, cresceu nas propriedades agropecuárias brasileiras nos últimos anos. O modo de atuação desses empreendimentos e o aprimoramento tecnológico atraem criminosos e quadrilhas especializadas em roubos de máquinas, equipamentos e produção, trazendo insegurança e prejuízos econômicos aos produtores, prejudicando a qualidade de vida pela violência (ABUD et al., 2019).

Em aspectos sociais, estudos como Small Business Project (SBP, 2008) e Matti e Ross (2016) destacam que, na esfera geral do empreendedorismo, os impactos da criminalidade geram mudanças de comportamento nos agentes da gestão de negócios, tais como: depressão, falta de motivação para trabalho, redução da eficiência e distorção da “existência de oportunidades” e da decisão do empreendedor em explorar uma “oportunidade”, entre outras.

Ressalta-se que no contexto da agricultura urbana, o levantamento de informações sobre o empreendedorismo é importante para o desenvolvimento de estratégias de orientação e estímulo socioeconômico da atividade na Amazônia. De outra forma, referente a criminalidade, as observações são relevantes para construção do conhecimento científico sobre esse fator, trazendo para o âmbito da agricultura a compreensão dessa esfera e as reais consequências da problemática para o dia-a-dia dos empreendimentos de AUP.

Desse modo, esta pesquisa, visando agregar informações a respeito dessa conjuntura no cenário da Amazônia, investiga o caso da agricultura urbana no bairro do Curuçambá (periferia do município de Ananindeua, Região Metropolitana de Belém, estado do Pará), analisando, inicialmente, aspectos referentes ao empreendedorismo na atividade e a atitude de seus agentes na gestão do empreendimento. Seguido da proposta de relacionar as consequências e mudanças geradas pela criminalidade na rotina de trabalho e no comportamento de produtores atuantes nesse segmento.

Sendo assim, o artigo avalia aspectos da gestão de negócios e competências empreendedoras de agricultores urbanos no bairro do Curuçambá, bem como analisa a influência da criminalidade no âmbito da produção, comercialização e empreendedorismo da AUP local.

## **METODOLOGIA**

### **Área de estudo**

O estudo foi desenvolvido no município de Ananindeua, estado do Pará, Amazônia brasileira. O município tem 79 anos de fundação e compõe a conurbação chamada de Região Metropolitana de Belém (RMB). Segundo o IBGE (2019) esta é a 2ª maior concentração populacional do estado do Pará, com população estimada de 530.598 habitantes (6,17% do estado do Pará), estando somente atrás da capital, Belém (1.492.745 habitantes).

Analizou-se nesta pesquisa, o caso da agricultura urbana praticada no bairro do Curuçambá, em Ananindeua. Esta localidade é identificada como uma das mais importantes e mais antigas áreas agrícolas do município (SANTANA et al., 2017), sendo responsável por parte, do montante de produtores agropecuários da cidade que destinam a produção para o abastecimento da RMB, devido à proximidade do mercado consumidor (HONDA, GOMES e CABRAL, 2016), presente no “tecido” da metrópole paraense.

### **Participantes da pesquisa, dados levantados e análises realizadas**

Os participantes da pesquisa são agricultores urbanos com empreendimentos agropecuários localizados no bairro do Curuçambá. Na área de estudo existem 120 produtores segundo a Declaração de Aptidão ao PRONAF da Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros da Gleba Guajará (APHA). Destes, foram contatados 63 agricultores, o que assegura uma representatividade de 52,5% do universo.

O levantamento de campo foi realizado no período de julho a setembro de 2019, junto aos gestores de empreendimentos na localidade. Os dados levantados foram coletados a partir de entrevistas orientadas por um questionário semiestruturado que buscou responder tópicos como: gerenciamento do negócio; administração de custos e lucros do empreendimento; estratégias de planejamento da produção agrícola; infraestrutura do bairro; perfil socioeconômico dos agricultores urbanos; e, investimentos em equipamentos, terra e tecnologia adotada no sistema de produção.

Questões que exigiam uma autorreflexão e avaliação pelos próprios produtores também foram formuladas, como forma de quantificar atributos pessoais como: comunicação, inovação, persistência, organização, gestão de riscos calculados e aproveitamento de oportunidades. Essas indagações seguiram a métrica de uma escala Likert (1932) que estabelecia um parâmetro de notas com a seguinte graduação: 1 (Muito baixo), 2 (Baixo), 3 (Regular), 4 (Alto) e 5 (Muito Alto).

As perguntas também refletiam sobre aspectos da criminalidade na percepção dos agricultores urbanos, aferindo informações sobre severidade deste fator para a agricultura na localidade, a percepção de atratividade da atividade para a criminalidade, os meios de comercialização com maiores riscos para a ocorrência de um evento criminoso, os produtos agropecuários de interesse dos criminosos, as atitudes dos produtores diante de ocorrências dessa natureza e os custos econômicos desta questão para os negócios da AUP.

Ademais, informações complementares foram obtidas a partir de observação durante as visitas realizadas aos sistemas de produção adotados pelos entrevistados. Através da contextualização feita pelos agricultores e por atores-chave entrevistados foi possível construir perspectivas sobre a agricultura urbana praticada, empreendedorismo e as questões da criminalidade no Curuçambá.

Os dados foram sistematizados em planilhas do Microsoft Office Excel 2016 para, posteriormente, se realizar análises de estatística descritiva com vistas a caracterizar o perfil empreendedor, habilidades administrativas e aspectos sobre o efeito da criminalidade para a agricultura urbana praticada na localidade.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A gestão dos empreendimentos de agricultura urbana no bairro do Curuçambá é quase exclusivamente realizada pela família (98,41%), contrastando com os outros 1,59% que são de coordenação patronal. Diante do modelo de agricultura familiar, 71,43% das

unidades produtivas tem a liderança do negócio orientada por um único gestor, podendo ser o patriarca ou a matriarca e, em outros 28,57% dos casos, estas iniciativas são coordenadas por até dois membros da família, como cônjuges e/ou filhos adultos, formando um gerenciamento conjunto e com atribuição de funções.

No diagnóstico das expertises administrativas e empreendedoras, constatou-se que 52,38% dos produtores têm pouco envolvimento na temática sobre o gerenciamento de negócios. Por outro lado, 47,62% dos atores dialogam que a gestão de empreendimentos envolve pontos como o planejamento, administração, investimentos, quantificação de custos e retorno financeiro, identificação e aproveitamento de oportunidades.

Tomei e Lima (2014) afirmam, em uma generalização, que o entendimento do agricultor familiar é muito mais relacionado às técnicas envolvidas na atividade agropecuária, mas quando a habilidade diz respeito a ações gerenciais o seu conhecimento tende a ser mais limitado. Ainda que os produtores, no caso do Curuçambá, em parte, consigam estabelecer considerações sobre a gestão de negócios, em sua maioria, os agricultores aparentam possuir incongruências no que estes dizem a respeito do comportamento do agente empreendedor e as próprias atitudes de gerenciamento.

A fim de aprimorar as atribuições aqui feitas sobre a mentalidade do agricultor urbano a respeito do empreendedorismo, o tópico a seguir realiza uma análise quanto ao parâmetro das características comportamentais empreendedoras dos agricultores urbanos do Curuçambá e a decorrência dessas no cotidiano do grupo investigado.

### **Reflexões sobre as competências empreendedoras**

Características comportamentais referentes ao empreendedorismo foram dialogadas com os produtores com o propósito de avaliar essas competências em suas práticas cotidianas. Assim, sugeriu-se que os atores, por meio da avaliação pessoal, atribuíssem notas a si mesmos.

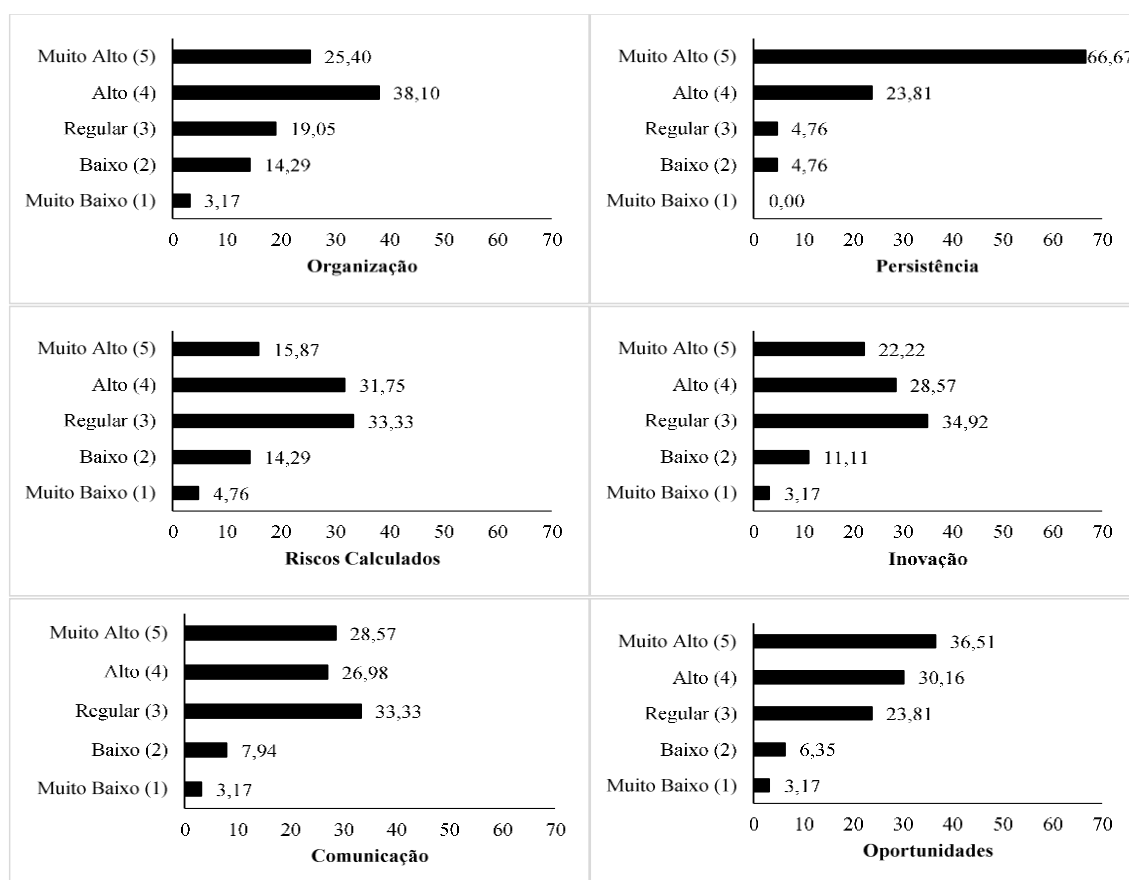
A princípio, realizou-se considerações sobre a capacidade de “liderança” para a posterior avaliação. Quanto a esse atributo os produtores se qualificaram como líderes regulares (28,57%), bons (36,51%) e muito bons (31,75%), prevalecendo autoavaliações a mentalidades autônomas e proativas. Sendo que, por outro lado, somente 3,17% atribuiu nota baixa.

A agricultura do Curuçambá é direcionada, na maioria dos casos, para a horticultura. Esta é caracterizada como um serviço de alto empenho, no qual as culturas têm ciclo curto e requerem cuidados e acompanhamento. A liderança nessa esfera, se

enquadra em tudo que envolve a articulação do processo de produção e venda. A fragilidade e perecibilidade desses tipos de cultivo e os trâmites para a chegada do produto ao mercado consumidor necessitam em vários aspectos das movimentações e engajamento dos agricultores.

Na Figura 1 são destacadas as principais características investigadas neste estudo, como: Organização, Persistência, Riscos Calculados, Inovação, Comunicação e Oportunidades.

**Figura 1** – Avaliação dos agricultores urbanos entrevistados sobre atributos do seu comportamento empreendedor. (Valores expresso em percentual).



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A “organização”, é observada para 38,10% e 25,40% como atributo de nota “alta” e “muito alta”, respectivamente. As necessidades para o planejamento da época de plantio, período de colheita e comercialização parecem ser um aspecto recorrente para os produtores.

A característica “persistência” parece corroborar com a “liderança”. Na autoavaliação, verificou-se que 66,67% atribuíram a si notas muito altas, além de outros 23,81% com notas altas. Bracht e Werlang (2015) e Silva et al. (2018), em seus estudos,

destacaram a “persistência” como principal competência empreendedora de produtores rurais, o que segundo os autores, possui suas fontes iniciais na educação, na convivência familiar e na interação com diversos fatores que fazem o agricultor desenvolver tal habilidade.

A predisposição aos “riscos calculados” divergiu o comportamento das demais características analisadas, com exceção do atributo “inovação”. Onde 4,76% se referem a notas muito baixas, 14,29% a pontuações baixas, 33,33% para regular e 31,75% e 15,87% em alto e muito alto, respectivamente. O “risco calculado” é um atributo empreendedor que tem gênese em Cantillon (1755) e Knight (1921).

Os resultados sobre os “Riscos calculados”, devido ao comportamento mostrado na Figura 1, sugerem que o agricultor urbano tem algum tipo de cautela em suas operações, visto a menor atribuição de notas “muito altas” pela amostra. Nessa mesma questão, como forma de compreender se esses atores se predispõem a riscos, como exemplo: investimentos em tecnologias inovadoras, checaram-se as atitudes quanto ao “vislumbre a inovação”. Sendo assim, em parte foi observado a ocorrência de resistência pela execução de ações, implementações de técnicas e tecnologias, preferindo manter-se em um cenário de práticas mais tradicionais (46,03%) e por outro lado, existe a aptidão por experimentar o “campo desconhecido” de inovações pelos agricultores (41,27%), além dos casos de neutralidade (12,7%).

A “inovação” resultou em valores como: 3,17% (muito baixo); 11,11% (baixo), 34,92% (regular), 28,57% (alto) e 22,22% (muito alto). O conceito de inovação é atribuído ao indivíduo empreendedor por Schumpeter (1934). Segundo Callejón (2009) este autor apresentava o empreendedor como protagonista do processo da “destruição criativa”, pois segundo Matti e Ross (2016) a inovação schumpeteriana criaria novos produtos, serviços e mecanismos que causariam rupturas no *status quo*, estimulando a competitividade dos mercados capitalistas e o desenvolvimento econômico.

A inovação na AUP do Curuçambá é constatada através da implementação de tecnologias na produção, sendo que parcela dos produtores mantém os métodos tradicionais e rudimentares de cultivo (80,95%) e outra investe em sistemas de maior produtividade (19,05%) como canteiros suspensos, hidroponia e aquaponia. No geral, a modernização dos sistemas, não é auxiliada pela assistência técnica e sim, pelo próprio engajamento e motivação dos produtores.

Ao refletir sobre a inovação na Agricultura Urbana, Veenhuizen (2007) afirma que os sistemas de produção da AUP estão em constante desenvolvimento, na medida em que os produtores adaptam as suas práticas atuais ou inventam outras novas. Para o autor, a inovação está acontecendo a todo o tempo e por conta dos próprios agricultores, pois as práticas agrícolas precisam ser adaptadas para as condições específicas urbanas, como as restrições de espaço, a proximidade dos consumidores e as questões de saúde relacionadas com o contato tão imediato entre as pessoas e a produção.

As medidas tomadas pelos produtores para inovação, o aumento de produção e produtividade nas lavouras, estão divididas em três aspectos: 1) aumento de área e ou melhor aproveitamento dos espaços; 2) compra de equipamentos; 3) aplicação de novas técnicas e tecnologias. Desse modo, constatou-se que 42,86% dos agricultores afirmam ter aumentado ou otimizado as suas áreas em uma amplitude de 10% a 200% em relação a cenários de produção anteriores, mediante a um melhor aproveitamento do terreno com a implementação de alguma estrutura física (canteiros suspensos, aquaponias e hidroponias), ou pela ampliação da área agrícola no terreno ou aluguel de áreas de quintais em outras propriedades.

Quanto a compra de equipamentos, 28,57% realizaram investimentos em pulverizadores, sistemas de irrigação (microaspersão) e estruturas de plasticultura, aquaponia e hidroponia. Além de 1,59% que comprou tratores de médio porte e minitratores de canteiro. Referente a novas técnicas e tecnologias agrícolas, 12,70% implementaram técnicas de cultivo protegido como os túneis de canteiros e pequenas casas de vegetação, 6,35% aderiram ao plantio em canteiros suspensos e 1,59% começaram a trabalhar com hidroponias. Constatou-se também que 6,35% começaram a utilizar técnicas mais usuais como compostagem, aplicação de defensivos, variedades de plantas melhoradas e sombrites (1,59%) para a produção de mudas de Açaí (*Euterpe oleracea*). Nesse sentido, é evidente a abertura dos produtores a recursos inovadores e a presença de uma essência empreendedora.

A “comunicação”, na avaliação pessoal, recebeu atribuições de 3,17% (muito baixa), 7,94% (baixa), 33,33% (regular), 26,98% (alta) e 28,57% (muito alta). Apesar de não ser uma métrica simples de análise e que neste estudo apresenta limitações, empiricamente, foi percebido a discrição, acanhamento e dificuldade em se comunicar de alguns atores e em contrapartida, da dinâmica de sociabilização, articulação e expertise de outros.

Na “visualização e aproveitamento das oportunidades”, 23,81% atribuíram a si valores regulares, 30,16% altos e 36,51% muito alta. Para Bernardo et al. (2018) o empreendedor bem-sucedido é envolvido em esforços econômicos ativos, dinâmicos e competitivos, e está sempre em busca contínua de oportunidades. No contexto, a característica se expressa na possibilidade diversificada e simultânea de venda em vários segmentos mercadológicos, utilizando tanto da venda para atravessadores e comerciantes, quanto em vendas locais, ou por meio de políticas públicas de mercados institucionais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), além da comercialização junto a setores da iniciativa privada.

No contexto das avaliações feitas, de acordo com Boone Jr. e Boone (2012) existem certas dificuldades em medir atitudes, caráter e traços de personalidade, pois há limitações no procedimento de transferência de qualidades em medidas quantitativas para fins de análise de dados. Contudo, as informações presentes nesta reflexão sobre as competências empreendedoras servem tanto para analisar atributos em potencial nesses atores, quanto aspectos que necessitam aprimoramento dentro do grupo, para que então, medidas de aperfeiçoamento sejam implementadas.

### **Planejamento da produção e comercialização**

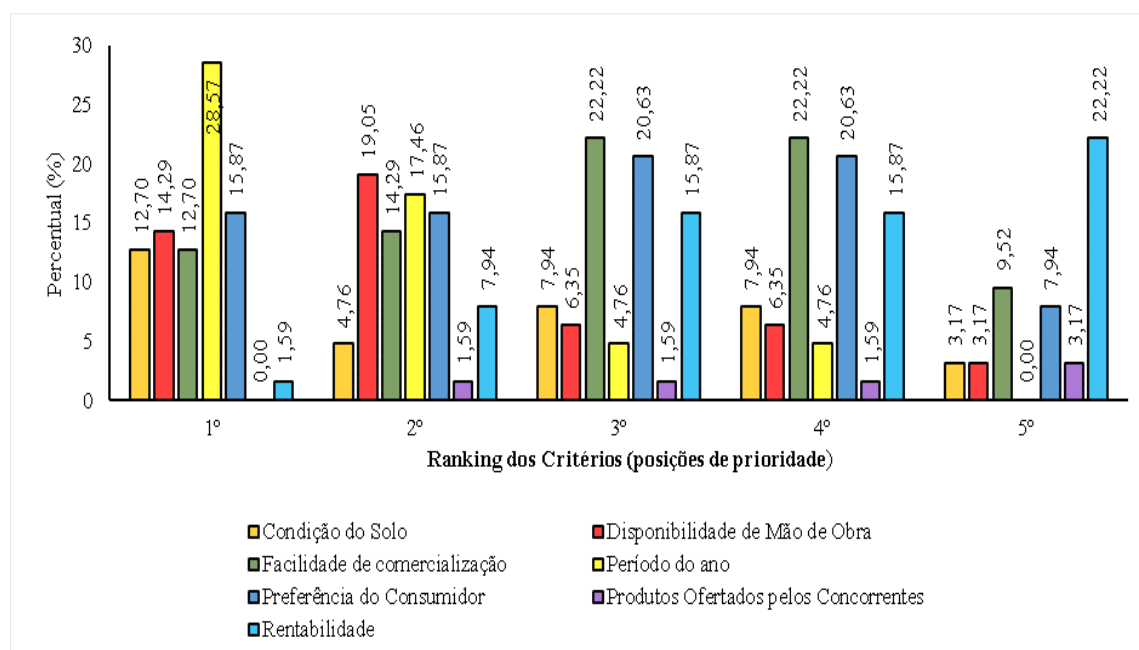
Propôs-se investigar alguns critérios que os produtores consideravam pertinentes para a definição de produtos a serem cultivados. Dessa forma, para orientar a formulação de um ranking de atributos, foram selecionadas uma sequência de aspectos que poderiam ser escolhidos pelos agricultores e, posteriormente, enquadrados em um nível de prioridade. Logo, os resultados apresentaram o comportamento representado na Figura 2.

O fator de maior relevância considerado pelos agricultores para o planejamento da produção foi o “Período do Ano”. O clima tropical de Ananindeua; Köppen - Af (CLIMATE-DATA, 2020), na época de inverno (dezembro a maio), desfavorece a produção de culturas como o cheiro verde (*Coriandrum sativum*) pela alta precipitação pluviométrica da região. Sob essas condições, o produtor deixa de produzir ou utiliza tecnologias de plasticultura para cultivar culturas que costumam ser prejudicadas nessas épocas.

Crepaldi (2012) afirma que o clima, no setor agrícola, condiciona a maioria das explorações agropecuárias, determinando épocas de plantio, tratos culturais, colheitas, escolha de variedades e espécies vegetais e animais. De forma conjunta, o comportamento

do mercado consumidor paraense que em épocas de festividades religiosas como a Semana Santa, Círio de Nossa Senhora de Nazaré e Natal, costuma demandar, em maior quantidade, produtos como cheiro verde, jambu (*Acmella oleracea*), chicória (*Cichorium intybus*), utilizados na culinária regional para o preparo de pratos como Pato no Tucupí, Maniçoba e Vatapá.

**Figura 2 – Ranking de atributos de planejamento da produção agrícola.**



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Observação: a leitura do *ranking* é feita da esquerda para a direita, sendo a relevância dos atributos maior nas primeiras posições e menor nas últimas colocações.

A “Preferência do Consumidor” em todas as posições, com menor expressão na quinta colocação, mostra-se como um critério de estratégia relevante para o produtor. Esta tem um comportamento razoavelmente semelhante com a “Facilidade de comercialização”. O que sugere que o agricultor urbano tende a planejar a sua produção com culturas que tenham mais precocidade e ofereçam maior facilidade de comercialização.

A execução de atividades durante o ciclo da lavoura também parece ser um fator considerado pelos produtores. Dessa forma a “Disponibilidade de mão de obra” é entendida como um mecanismo de gestão do trabalho na época de cultivo de determinadas culturas exigentes de acompanhamento. Nessa linha, constatou-se algumas modalidades de trabalho estabelecidas pelos produtores com seus funcionários e agricultores parceiros. A mais vigente é o serviço integrado entre a família, outras são serviços específicos da

produção a valores negociáveis (ex: abertura de leiras a R\$ 10,00 cada) e a contratação por diária (geralmente R\$ 100,00 por dia).

As “Condições do solo” são prioridade imediata no planejamento da atividade para 12,70% dos agricultores. Em alguns casos, o produtor ao trabalhar com culturas com maior exigência e dificuldade de desenvolvimento em solos poucos férteis, opta por reduzir os espaços de produção desses itens. A exemplo, cita-se o caso de produtores que substituíram o cultivo de cheiro verde pela produção de mandioca (*Manihot esculenta*), em razão de que a hortaliça exige melhores condições nutricionais e tinham baixa produtividade nos solos dessas propriedades, sendo que a espécie substituta é mais rústica e adaptada à solos com menor fertilidade. Apesar de ter sido um critério, essas condições seriam facilmente solucionadas, nestes casos através de adubações adequadas.

A “Rentabilidade” pouco se expressou no topo do ranking, sugerindo que o produtor, por razões não tão bem compreendidas, reflete com menor prioridade sobre o possível retorno financeiro da sua produção. Lourenzani et al. (2008) afirmam que o principal problema, na realidade do produtor, não se encontra nas técnicas agropecuárias e sim na compreensão do funcionamento dos mercados, que impõe articulação com segmentos pré e pós-porteira, novas formas de negociação e práticas de gestão do processo produtivo.

### **Administração e finanças do negócio**

Nos aspectos administrativos e de gestão, constatou-se que 76,19% dos entrevistados nunca fizeram qualquer tipo de registro das finanças da produção. Desse modo, efetuou-se um breve levantamento dos custos dos principais recursos utilizados para o desenvolvimento da lavoura no caso da AUP do Curuçambá (Tabela 1).

Nos estratos de renda até cinco salários mínimos, destaca-se, principalmente, a compra de adubos orgânicos (cama de aviário). Em rendas familiares de até um salário mínimo mensal, esse gasto equivale, em média, até 28,06% da renda do mês. Já em faixas salariais de 26 salários mínimos, esse gasto é equivalente aos adubos orgânicos e os químicos (utilizados em solução de sistemas hidropônicos).

Os gastos com sementes variam entre 7,15% a 20,16% em comparação com a faixa salarial desses agricultores, normalmente esses valores são utilizados para compra de materiais de semeio de variedades selecionadas. No estrato de 10 a 26 salários mínimos o custo com sementes não foi categorizado pelos entrevistados como gasto principal, nesse sentido, não teve seu valor destacado por esses produtores.

Os custos com defensivos participam entre 0,86% a 13,10%, da renda mensal. Em estratos de renda menos favorecidos, esses gastos são referentes a pequenas doses, utilizadas ocasionalmente, que estes produtores compram de outros agricultores maiores. Os custos com defensivos também não foram especificados pelos produtores que tem rendimento salarial familiar acima de 3 a 4 salários mínimos.

**Tabela 1** - Estimativa de custo médio dos principais recursos utilizados na produção, por faixa de renda, dos agricultores urbanos do Curuçambá, 2019

| Faixa Salarial                                                          | Adubo    |                  | Sementes |       | Defensivos |       | Mão de obra |       | Total            |
|-------------------------------------------------------------------------|----------|------------------|----------|-------|------------|-------|-------------|-------|------------------|
|                                                                         | R\$      | (%) <sup>1</sup> | R\$      | (%)   | R\$        | (%)   | R\$         | (%)   | R\$              |
| <b>Até um Salário Mínimo</b><br>Até R\$ 954,00                          | 267,69   | 28,06            | 69,86    | 7,32  | 8,25       | 0,86  | **          | **    | <b>345,80</b>    |
| <b>De 1 a 2 Salários Mínimos</b><br>De R\$ 954 a R\$ 1.908,00           | 337,32   | 17,68            | 136,40   | 7,15  | 75,00      | 3,93  | 500,00      | 26,21 | <b>1.048,72</b>  |
| <b>De 2 a 3 Salários Mínimos</b><br>De R\$ 1.908,00 a R\$ 2.862,00      | 421,43   | 14,72            | 243,33   | 8,50  | 50,00      | 1,75  | 800,00      | 27,95 | <b>1.514,43</b>  |
| <b>De 3 a 4 Salários Mínimos</b><br>De R\$ 2.862,00 a R\$ 3.816,00      | 600,00   | 15,72            | 350,00   | 9,17  | 500,00     | 13,10 | 1.000,00    | 26,21 | <b>2.450,00</b>  |
| <b>De 4 a 5 Salários Mínimos</b><br>De R\$ 3.816,00 a R\$ 4.770,00      | 500,00   | 10,48            | 280,00   | 5,87  | *          | *     | *           | *     | <b>780,00</b>    |
| <b>De 10 até 26 Salários Mínimos</b><br>De R\$ 9.540,00 a R\$ 24.804,00 | 500,00   | 5,24             | *        | *     | *          | *     | 1.000,00    | 10,48 | <b>1.500,00</b>  |
| <b>26 Salários Mínimos</b><br>Máximo (R\$ 24.804,00)                    | 8.000,00 | 32,25            | 5.000,00 | 20,16 | *          | *     | ***         | ***   | <b>13.000,00</b> |

Fonte: dados da pesquisa.

Nota<sup>1</sup>: Custo pela faixa salarial em percentual. Observação: (\*) valores não especificados; (\*\*) não existentes; (\*\*\*) Outliers.

A mão de obra não foi um gasto presente em estratos de renda equivalente a um salário mínimo, mas em outras faixas de renda, representa entre 10,48% e 27,95%. No estrato de 26 salários mínimos, estes valores são os principais gastos, contudo compete a apenas 1 único caso, o que se mostrou como *outlier* (R\$ 25.000,00), constituindo gastos acima da renda mensal.

Nos custos pós-colheita, observa-se que 88,89% dos agricultores consideram que não tem nenhum gasto com beneficiamento de produtos, comercializando-os, no geral, com uma breve higienização com água para retirada de solo presente ou folhas com pequenas deformações. Nos casos onde são realizados algum tipo de processamento, os

principais custos são com embalagens (6,36%) para a venda de hortaliças e energia elétrica (3,17%) na situação dos produtores que processam a polpa de frutas como o açaí.

Foi observado que 55,56% não faz a contabilidade dos valores monetários retirados do negócio para usos pessoais, condição que pode gerar o endividamento do produtor. Por outro lado, entre os que contabilizam seus prolabores, essa retirada, no geral, varia de 20% até 50% da renda mensal. Silva (2016) explana que é comum o produtor brasileiro considerar a sua contabilidade em desembolsos visíveis e imediatos (sejam eles feitos de modo formal ou apenas mental), com gastos como por exemplo: combustíveis, insumos agrícolas e pagamento de salários. Não aferindo, no entanto, dispêndios como a remuneração do capital, depreciação de máquinas e equipamentos e o custo de oportunidade do capital empregado. Dessa forma, as operações com a produção retratam gastos elevados e com baixa (ou negativa) margem de lucro.

Referente a lucratividade da agricultura, 79,37% considera que a atividade tem possibilitado as finanças ultrapassarem o ponto de equilíbrio, mas se destaca novamente que 76,19% nunca fez nenhum tipo de registro de seus custos e avaliação da rentabilidade do negócio. Sendo que além disso, 61,90% considera que calcula o custeio e a lucratividade apenas “pelo valor percebido”, fatores que demonstram significativo risco e incertezas ao negócio.

Algumas dificuldades são encontradas no processo de comercialização dos produtos. Dentre estas, foram possíveis constatar a queda na demanda de produtos hortifrutigranjeiros no período de julho ao início de agosto, devido ao período de férias escolares e o deslocamento das pessoas para a regiões do interior do estado do Pará.

Para evitar problemas financeiros devido a variação de preço, constataram-se ações diversas, onde destacam-se que 42,86% não fez nenhuma consideração, identificando que 7,94% economizam dinheiro nesses períodos, 4,76% aumentam a produção e o mesmo percentual é visto para a diminuição da produção.

Ainda sobre essa questão, foi observado que 7,94% analisam as épocas do ano, ou para aproveitar mais em períodos de altas de preço para ganhar mais dinheiro, ou para reduzir a produção em épocas de preços mais desvantajosos. Em torno de 6,35% asseguram alguns contratos assinados e de preço fixo para se manterem durante esse período e esse mesmo percentual é observado em pessoas que migram para outras atividades como aluguel de campos de futebol, venda em bares e trabalhos autônomos para se sustentar nesse período.

Referente à procura por cursos, palestras e assistência de órgãos especializados em empreendedorismo e gestão de negócios, 81,71% afirmou que nunca procurou nenhum tipo de órgão como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) para aprimoramento e capacitação de habilidades em gestão de negócios.

### **Limites ao empreendedorismo agrícola no Curuçambá e efeitos da criminalidade**

O Curuçambá é um lugar de grandes desigualdades sociais que se formou de modo desordenado, longe dos olhos do poder público (SOUZA e ARAÚJO, 2009). É um cenário onde a pobreza e o abandono transparecem desde as suas vias de entrada. Agravando-se à medida que a distância das residências para centro da cidade aumenta.

Nascimento, Borges e Chagas (2017) afirmam que o processo de ocupação do bairro do Curuçambá é marcado predominantemente por moradias espontâneas, onde o poder público não conseguiu efetivar políticas públicas de forma eficaz, a exemplo da falta de iluminação nas vias públicas, saneamento básico, carência educacional, precariedade na saúde e negligência na segurança pública.

Ao lado oeste do bairro, as residências da área da “horta” são na maioria de alvenaria (98,41%) e parte de madeira (1,59%). Pelos olhos dos moradores, as moradias apresentam estruturação precárias (14,29%) e regulares (39,68%) e na maioria das vezes, estes consideram as suas casas boas (41,27%) e ótimas (4,76%) para se viver.

De modo geral, agricultores são donos do seu próprio imóvel (85,71%), algumas vezes estes foram cedidos por algum conhecido (6,35%) ou são herança de família (1,59%) e em outras, os residentes moram de aluguel (4,78%). Historicamente, o bairro se caracteriza por ocupações espontâneas, mas somente 1,59% alegam essa condição para suas propriedades.

A fonte de água não possui qualquer ligação com a Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), carecendo que o produtor obtenha água de poços amazonas (6,35%) ou por meio da instalação poços artesianos (85,71%) que, no segundo caso, geram custos com eletricidade. A energia elétrica é ofertada pela empresa Equatorial Energia Pará, sendo que 4,76% dos agricultores não tem esse acesso. Há situações, também, em que os agricultores admitem que a instalação elétrica é irregular (3,17%).

Os produtores detentores de sistemas de irrigação comuns na aquaponia e hidroponia identificam como problema vigente a classificação tarifária de energia como residencial. Registrada como consumo residencial, os custos de produção encarecem pela

tarifa cobrada. Essa alteração na tarifa para os agricultores urbanos poderia ser uma demanda formal da associação de produtores junto à concessionária de energia.

Transitar pelo o bairro é um desafio. Sendo uma espécie de rali por causa das condições de infraestrutura e conservação das vias, caracterizando um dos principais problemas pós-colheita enfrentados, pois dificulta o escoamento da produção. Apesar do vigor produtivo existente na localidade, a comercialização da produção, mesmo dentro da área, sofre com essa limitação, necessitando de atenção do agente público municipal. Em consequência disso, muitos agricultores, principalmente os das áreas mais remotas, têm dificuldade de comercializar seus produtos em razão do bairro ser considerado zona de risco.

Souza e Araújo (2009) refletem que o cenário de violência, desordem e caos se tornam imagens atreladas a periferias em todo o Brasil. Sendo no final das contas, encaradas como a “personificação do mal”, implícita ou explicitamente vistas como o lugar do surgimento dos principais problemas que afligem as cidades.

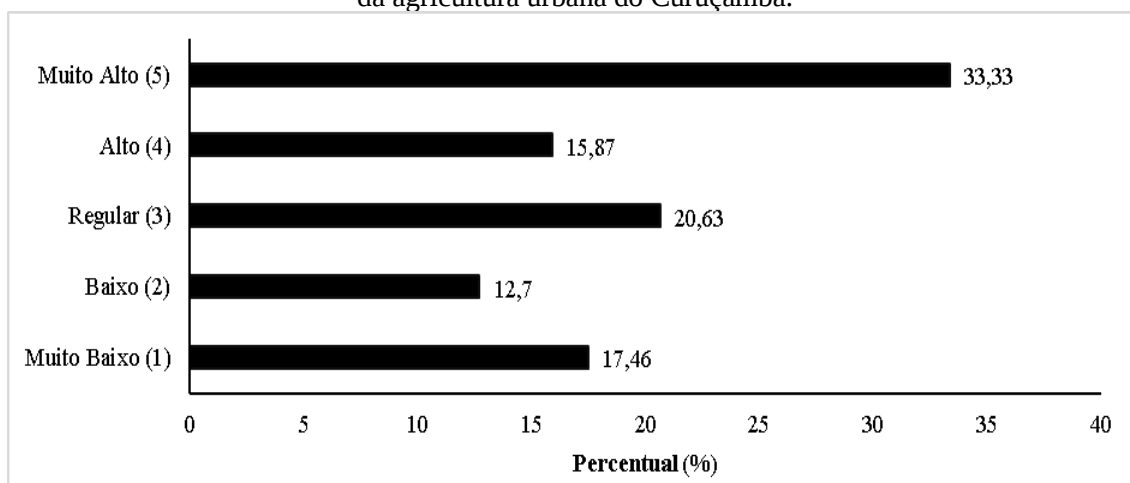
O Curuçambá é considerado um dos bairros com maiores índices de homicídios de Ananindeua (NASCIMENTO et al., 2017). Os casos de violência reportados sobre o bairro na imprensa do estado e nas redes sociais são constantes e graves. As matérias jornalísticas sobre o bairro retratam a insegurança na localidade, como o “atentado ao soldado da polícia militar no bairro do Curuçambá”, a “morte a tiros de três pessoas no sábado, dia 7 de dezembro de 2019”, ou o “rodoviário baleado no final da linha do Curuçambá” (G1, 2017, 2019b, 2019a). Nesse sentido, é bastante comum aos cidadãos de Ananindeua, juízos de valor que classificam o bairro como uma área de alta periculosidade.

Para estabelecer uma contextualização da severidade da criminalidade no contexto da agricultura urbana local, os produtores atribuíram pontuações de 1 (muito baixo) a 5 (muito alto), sobre o quanto este fator afetava os empreendimentos agrícolas familiares no bairro. Logo, observaram-se avaliações diversas, mas para 33,33% este fator afeta de forma significativa o cenário agrícola do bairro, como ilustrado na Figura 3.

Os resultados da Figura 3, refletiram neste estudo como uma percepção generalizada, ou seja, toda conjuntura que envolve produção, comercialização e gestão de empreendimentos da AUP do Curuçambá foi levada em consideração pelos produtores ao refletir sobre essa questão. Todavia, nessas três esferas, constatou-se que o

relacionamento e a influência da criminalidade são diferentes para cada contexto analisado.

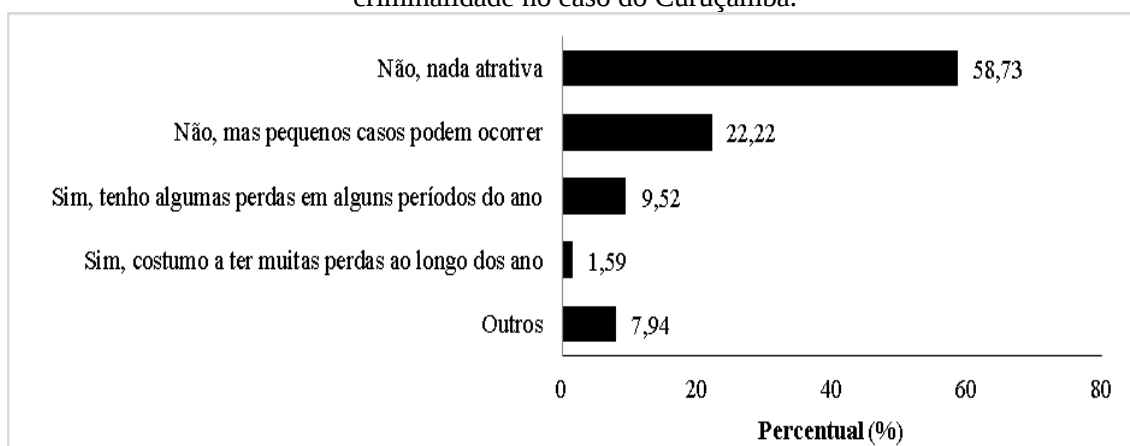
**Figura 3** – Percepção dos agricultores sobre o nível de severidade da criminalidade no contexto da agricultura urbana do Curuçambá.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O nível de atratividade da agricultura para o crime é relatado por 58,74% dos agricultores como “nada atrativa” (Figura 4), ressaltando que as ocorrências de eventos são menos comuns no âmbito de produção. Aparentemente os efeitos da criminalidade, no geral, não costumam ser dotados de violência nesse cenário. Roubos e furtos, são ações criminosas ocasionais e parafraseando uma das produtoras “o criminoso não se interessa por folhosas”, referindo-se à produção de hortaliças.

**Figura 4** – Percepção dos agricultores sobre o nível de atratividade da agricultura para a criminalidade no caso do Curuçambá.

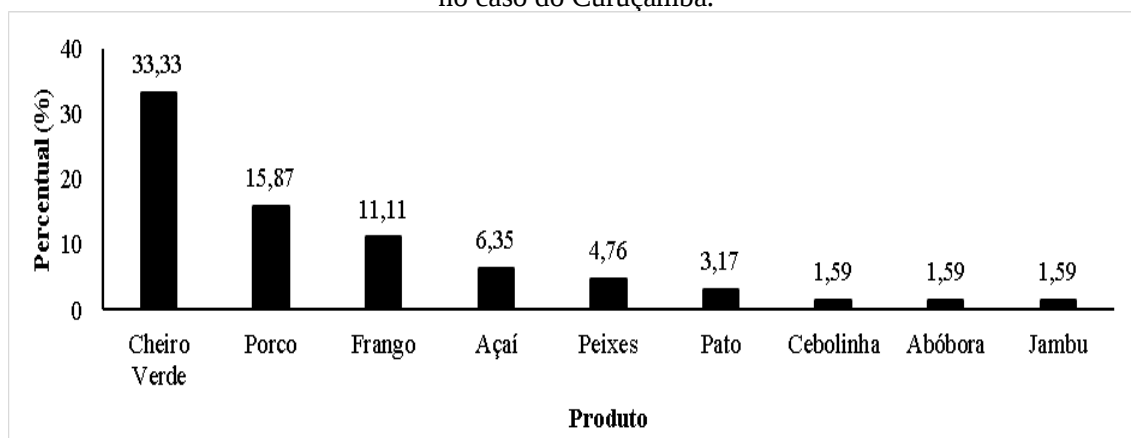


Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Existem, entretanto, ações que levantaram evidências de um possível comportamento e influência de criminosos nesse nível. Quando questionados sobre quais

produtos os agricultores consideravam que poderiam ter algum tipo de interesse de criminosos, 52,38% fizeram suas considerações, como as apresentadas na Figura 5.

**Figura 5** – Produtos agropecuários percebidos como de interesse significativo para criminosos, no caso do Curuçambá.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Para o cheiro verde, no período de inverno Amazônico, é comum que a oferta do produto sofra redução nos mercados locais. Como este é um item muito consumido na culinária regional, ocasionalmente, em razão da sazonalidade da produção, os preços de um maço podem variar entre R\$ 7,00 e R\$ 10,00. Em razão disso, tende a despertar o interesse de meliantes nos roubos e furtos dessa produção. Aparentou ser muito comum no diálogo dos produtores a expressão: “quando o cheiro verde está caro, o produtor deve dormir ao lado do canteiro, para não perder a produção”, refletindo ser uma vivência que apresenta verossimilhança nas situações reportadas.

Na produção de suíno, constatou-se que, em algumas situações, a criação do animal foi deixada de lado, visto que todo o investimento feito no confinamento, reprodução e engorda, estava gerando prejuízos por causa do roubo e abate do animal na própria zona de produção, causando desânimo em alguns produtores pela suinocultura. Cena semelhante é retratada no único romance de Josué de Castro (1908-1973), célebre cientista social brasileiro e um dos mais conceituados estudiosos sobre o problema da fome no mundo, quando retratando a realidade dos mocambos em Recife (PE), no início do século XX, apresenta a saga de Idálina, personagem negra e pobre que criava porco com resto de comidas recolhida no lixo para vender por ocasião do Natal (CASTRO, 2001).

Já naquela ocasião, uma preocupação recorrente dos pequenos criadores urbanos era o roubo de animais domésticos com valor comercial, que no caso retratado significava perder todas as esperanças que lhe restavam de poder, pelas festas de fim de ano, vender

o animal e dispor de recursos para compra de bens de consumo semiduráveis da família (roupa, sapatos).

Para o caso do açaí, na safra da cultura, o preço de uma saca do produto pode ultrapassar os R\$ 100,00 no atacado. Na situação em questão, os produtores do fruto afirmam que já tem ciência de eventuais furtos na produção. As cenas descritas, são de “pessoas desconhecidas e com olhares perdidos para o topo das árvores”, que precisamente, costumam ser os mesmos indivíduos que pela noite invadem as propriedades e saqueiam os cachos maduros de açaí (às vezes com auxílio de celulares para visualização do cacho e execução do saque).

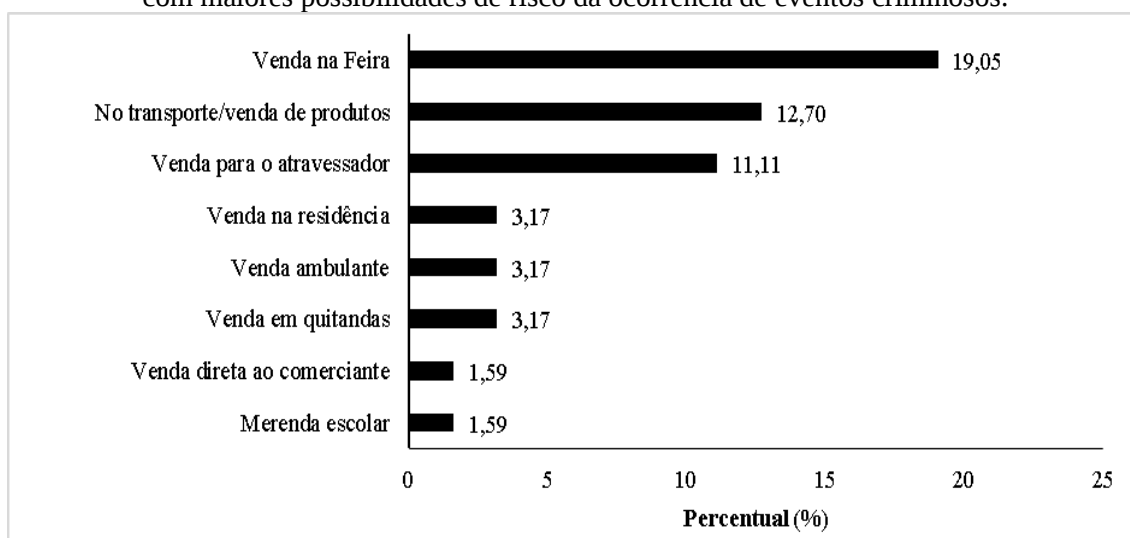
Uma relação de congruência entre os três produtos aqui destacados é que todos, em contextos diferentes, apresentam um preço elevado. Demonstrando que à medida que o preço de uma cultura se eleva, a ocorrência de ações criminosas na propriedade tende a se elevar. Assim, seria possível sugerir que o comportamento criminoso no setor produtivo tem aspecto sazonal, dando-se em função do preço relativo elevado de dado produto em razão de sua escassez.

Em alguns casos, os agentes desses furtos são os próprios agricultores vizinhos e comerciantes que se aproveitam da exposição e disponibilidade de produtos nas hortas. Apesar desse cenário soar como “o roubo de galinha” e não terem a natureza de violência, estas ações são promotoras de prejuízos financeiros aos agricultores urbanos, assim como servem de desestímulo para continuar com a atividade. É importante ressaltar que frango, peixe, pato, cebolinha, abóbora e jambu são itens furtados, mas no geral, não são destacados como produtos extraviados para finalidades econômicas e sim, alimentares.

É interessante registrar esse efeito de atratividade do crime nessas propriedades em razão do preço favorável do produto ou de sua facilidade para venda. De certa forma, são atos de pequeno valor relativo frente ao roubo especializado nas zonas tradicionais de produção agropecuária, que privilegiam as épocas de safra, ou seja, quando o mercado está aquecido para o produto e o ato criminoso se intensifica nas estradas brasileiras. Nenhum dos dois, no entanto, pode ser tolerado.

Logo, como mostrado na Figura 6, ao nível de comercialização, aparentemente, os agricultores urbanos consideram que canais de distribuição em que o produtor necessita realizar algum transporte de produtos tendem ser considerados arriscados. Os principais argumentos são referentes aos riscos que este se submete ao possuir valores monetários durante a sua locomoção (principalmente após a venda).

**Figura 6** – Canais de comercialização considerados pelos agricultores urbanos do curuçambá com maiores possibilidades de risco da ocorrência de eventos criminosos.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

É reportado que o transporte de produtos agrícolas é uma questão que afeta a comercialização com intermediários no Curuçambá, pois devido as condições de insegurança pública, em alguns casos, os atravessadores modificam a sua rotina de compra. Antes estes visitavam as propriedades pela madrugada para comercializar pela manhã nas feiras da região. Agora preferem ir entre o final da tarde e início da noite, ou simplesmente desistem de ir ao bairro para comprar produtos.

Sabe-se que os intermediários direcionam as hortaliças para as suas casas e comercializam na manhã seguinte nas feiras da RMB. O grande problema dessa alteração de rotina é a depreciação do produto. Como as hortaliças são produtos extremamente perecíveis, o novo intervalo entre a colheita e a venda pode ser extremamente prejudicial para a qualidade do vegetal comercializado, o que sugere elevada perda no final dessa cadeia.

No caso das feiras, o comércio nesses âmbitos é visto de forma negativa, o expressivo aglomerado de pessoas, o ambiente complexo e repleto de informações é visto como cenários de vulnerabilidade pelos produtores. Não existem estudos que descrevam as ocorrências criminais nas feiras da RMB, mas a sensação de insegurança e os diversos relatos de ocorrências de crimes e violência nesses locais são comuns no contexto das cidades paraenses.

Efeitos da criminalidade para os negócios foram observados nos discursos de 33,33% dos agricultores. Entre os argumentos, estão colocações como: conflitos e sensação de insegurança na etapa de transporte e comercialização de produtos;

desconfiança para vendas com intermediários ou com a segurança de atravessadores parceiros; desvalorização do preço do produto por causa da localização da zona de produção; perdas na produção por roubos e furtos; impossibilidade de demonstração de posses monetárias e, em alguns casos, até limitações para construção e instalação de estruturas mais tecnológicas e produtivas na propriedade.

Referente aos aspectos de mudança comportamental dos produtores dialoga-se com a National Farmer Union Mutual (2019) na afirmação que o medo do crime pode significar que as pessoas tem receio de deixar suas casas e fazendas sem vigilância, o que aumenta os níveis de isolamento rural. No contexto deste estudo, as preocupações dos produtores urbanos aparentam estar na saída de casa por causa da exposição aos riscos externos, o que sim, pode sugerir a ideia de um certo aumento (mesmo que mínimo) de distanciamento social.

Quanto ao empreendedorismo, alguns agricultores afirmam que deixaram de realizar alguma inovação no negócio por conta da criminalidade (19,05%). Entre as iniciativas abdicadas é possível destacar situações como: implementação de sistemas de irrigação; criação de animais; e, aumento da área de produção. Existe uma relação intrínseca e reportada por alguns agricultores que é a impossibilidade de construção de muros nas áreas de horticultura. Aparentemente alguns produtores vivenciam uma lei promovida pela liderança de criminosos que os impedem de construir muros nas propriedades, visto que as áreas servem como rotas estratégicas de fuga para os mesmos. Além do que, murar a área residencial, poderia significar esconder riquezas.

Apesar do cenário destacado, apenas 19,05% dos produtores afirmam já ter passado por alguma exposição a uma ação criminosa. O que é relativamente inferior quando comparado com pesquisas como a Small Business Project (2008), que no resultado apresentou 54% de casos confirmados para os ramos de varejo, serviços pessoais, serviços profissionais, empresas de fabricação e construção. Mesmo que a frequência relativa de crimes no cenário agrícola do Curuçambá se mostre percentualmente menor, destaca-se que a severidade dessa situação, pode ser alterada em cenários futuros e as ocorrências podem agravar, principalmente, referentes aos aspectos aqui constatados.

As ocorrências relatadas, em alguns casos, ocorrem em forma de roubos e furtos, ou crimes com iminência ou execução da violência (assaltos seguidos, ou não, de agressões ou assassinatos). Em um caso, o agricultor relatou que tinha uma área de

produção localizada no município de Benevides e que por conta do assassinato do irmão (também agricultor) durante o transporte da mercadoria para feira daquela cidade, abandonou a atividade temporariamente e tentou reestruturar sua vida no bairro do Curuçambá.

Quanto às impressões que os agricultores urbanos têm referentes ao efeito da criminalidade na continuidade do empreendimento, constatou-se que para 26,98% existe a pretensão de abandono para a atividade no bairro. Entre as principais considerações feitas, estão a constante sensação de insegurança e crimes ocorridos com vizinhos e familiares.

Foi constatada, a presença de muitas casas abandonadas no bairro, o que segundo relatos, são casas de agricultores que fugiram da localidade tanto pela sensação de insegurança, quanto por problemas ou algum envolvimento com a criminalidade. Isso, em algumas partes do bairro, promove a concepção de um ambiente de sensações de insegurança e medo.

Referente as ações que estes indivíduos tomariam se fossem submetidos a algum evento criminoso dentro da propriedade, 9,52% afirmam que desistiriam da atividade, 6,35% reduziriam a produção, 65,08% manteriam a produção e 19,05% aumentariam a produção.

Em aspectos financeiros, o prejuízo gerado pela criminalidade para a agricultura, parece ser ocasional. Nos casos de perdas reportadas (20,63%), esses danos variam desde desfalques econômicos reparáveis, como valores de R\$ 10,00 a R\$ 1.000,00 (12,87%), até significativos valores monetários, como R\$ 1.000,00 a R\$ 10.000,00 (7,93%), por ocorrência de atividade criminal.

As investigações sobre as influências da criminalidade na agricultura ainda são muito escassas e necessitam ganhar profundidade nas observações científicas da Amazônia. Estudos dessa natureza podem futuramente permitir a elaboração de estratégias tanto no âmbito da agricultura quanto da segurança pública, o que ressalta ainda mais a importância dessa modalidade de pesquisa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O comportamento empreendedor e de gestão dos estabelecimentos de agricultura urbana no bairro do Curuçambá carecem de aprimoramentos, principalmente quanto às questões de administração econômico-financeira para uma maior inserção competitiva no mercado. A atividade praticada requer habilidades empreendedoras para o atendimento

das exigências dos consumidores quanto à qualidade e especificidades dos produtos. Ademais, deve-se considerar a rivalidade do mercado e a perecibilidade dos produtos como um fator relevante a ser considerado pelo lado da oferta. Dessa forma, a falta de organização e de gestão são fatores extremamente prejudiciais ao negócio.

Questões como a infraestrutura viária, custo da energia elétrica e a criminalidade são desvantagens encontradas para o contexto, pois, respectivamente, limita o escoamento da produção, encarece a produção e inibem as iniciativas empresariais da AUP do Curuçambá. A insegurança pública já afeta a produção e comercialização da agricultura urbana no bairro do Curuçambá e, portanto, interfere na rentabilidade do negócio e na perspectiva de futuro da atividade.

A formação dos pequenos empreendedores em gestão de negócios, a melhoria na infraestrutura urbana e a significativa redução no risco da criminalidade são questões que devem ser examinadas com atenção pelos formuladores de políticas públicas direcionadas ao fortalecimento do agronegócio no meio urbano brasileiro, principalmente pelos estados e municípios da Amazônia que vem sofrendo um acelerado adensamento populacional no entorno das médias e grandes cidades.

## AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Código Financeiro 001.

## REFERÊNCIAS

ABUD, G. M. B.; LOPES, M. L. B.; CORRÊA, R. S. S.; ALMEIDA, R. H. C. Agricultura Urbana e Periurbana: potencialidades e limitações para o desenvolvimento do município de Benevides (PA). **Revista em agronegócio e meio ambiente**, v.12, n.4, p.1395–1416. 2019.

BERNARDO, E. G.; RAMOS, H. R.; VILS, L. Panorama da Produção Científica em Empreendedorismo Rural: Um Estudo Bibliométrico. **REGEPE - Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v.8, n.1, p.102–125. 2018.

BOONE JR., H. N.; BOONE, D. A. Analyzing Likert Data. **Journal of Extension**, v.50, n.2, Article Number 2TOT2. 2012.

BRACHT, D. E.; WERLANG, N. B. Competências Empreendedoras: Uma Investigação Com Produtores Rurais Catarinenses. **REGEPE - Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v.4, n.1, p.101–124. 2015.

CALLEJÓN, M. La economía emprendedora de David Audretsch. **Investigaciones Regionales**, n.15, p. 47–54. 2009.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. n. 621. Rio de Janeiro. 1999. 28 p. Disponível em:

[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0621.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0621.pdf).

CANTILLON, R. **An Essay on Economic Theory**. 1755. Disponível em: <https://mises.org/library/essay-economic-theory-0>. Acesso em: 13 fev. 2020.

CASTRO, J. **Homens e caranguejos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CLIMATE-DATA. **Clima Ananindeua**. 2020. Disponível em: <https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/para/anandindeua-4515/>. Acesso em: 13 fev. 2020.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). **Observatório da Criminalidade no Campo**. v.1, 29p. 2017. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/estudos/estudo-sobre-criminalidade-no-campo>. Acesso em: 13 fev. 2020.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade Rural: uma abordagem decisorial**. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

G1. **Rodoviário é baleado no final da linha do Curuçambá, em Ananindeua**. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/rodoviario-e-baleado-no-final-da-linha-do-curucamba-em-anandindeua.ghtml>. Acesso em: 13 fev. 2020.

G1. **Polícia investiga atentado a soldado da PM no bairro do Curuçambá, em Ananindeua**. 2019a. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/05/06/policia-investiga-atentado-a-soldado-da-pm-no-bairro-do-curucamba-em-anandindeua.ghtml>. Acesso em: 13 fev. 2020.

G1. **Três pessoas são mortas a tiros no bairro do Curuçambá, em Ananindeua**. 2019b. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/12/07/tres-pessoas-sao-mortas-no-bairro-do-curucamba-em-belem.ghtml>. Acesso em: 13 fev. 2020.

HONDA, Y. F.; GOMES, S. C.; CABRAL, E. R. Participação dos Produtores Familiares no PAA: Estratégias de Produção e Comercialização em Área Periurbana do Município de Ananindeua, PA. **Revista Cesumar – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v. 21, n. 1, p.125–145, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas de População - Estima POP**. 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas>. Acesso em: 06 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População Rural e Urbana**. 2015. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>. Acesso em: 06 mar. 2020.

KNIGHT, F. H. **Risk, uncertainty and profit**. New york, N. Y: sentry press. 1921. 445p.

LIKERT, R. **Technique for the Measurement of Attitudes**. In R. S. WOODWORTH (Ed.), *Archives of Psychology* (ed. 22), 1932.

LOURENZANI, W. L.; PINTO, L. B.; CARVALHO, E. C. A.; CARMO, S. M. A qualificação em gestão da agricultura familiar: a experiência da alta paulista. **Revista de Ciências e Extensão**, v.4, n.1, p.62–76. 2008.

MATTI, J.; ROSS, A. Does crime affect entrepreneurship? A discussion of the current literature. **Journal of Entrepreneurship and Public Policy**, v.5, n.3, p.254–272. 2016.

MOUGEOT, L. J. A. Agricultura Urbana - Conceito e definição. **Revista de Agricultura Urbana**. The RUAF Foundation, v.1, n.1, p.1–8. 2000.

NASCIMENTO, R. P. B.; BORGES, R. H. M.; CHAGAS, C. A. N. Violência e Criminalidade: a dinâmica do território e a análise dos homicídios no bairro do Curuçambá, Ananindeua-Pa. In: CARDOSO, E. L. **A sociedade e o espaço geográfico brasileiro**, Curitiba, Atena, 2017, p. 16-30.

NATIONAL FARMER UNION MUTUAL. **Fighting the rise in countryside crime: Rural Crime Report**. 2019. Disponível em: [www.nfumutual.co.uk/farming/ruralcrime/](http://www.nfumutual.co.uk/farming/ruralcrime/). Acesso em: 05

de mai. 2020.

ORSINI, F.; KAHANE, R.; NONO-WOMDIM, R.; GIANQUINTO, G. Urban agriculture in the developing world: A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v.33, n.4, p.695–720. 2013.

SANTANA, A. C.; SEQUEIRA, G. R.; OLIVEIRA, C. M.; GOMES, S. C. Mercado institucional e agricultura urbana e periurbana em curuçambá. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 13, n. 1, p. 316–338, 2017.

SILVA, R. Fazendeiros não fazem a contabilidade correta. **Revista de Política Agrícola**, v.25, n.3, p.125-129. 2016.

SILVA, M. L.; DELABENETA, C.; BOFFI, S. A.; HOFER, E. Competências dos empreendedores em uma cooperativa de agroindústrias familiares. **REMIPE - Revista de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo da FATEC Osasco**, v.4, n.2, p.341–362. 2018.

SLINGER, V. A. V. Peri-Urban Agroforestry in the Brazilian Amazon. **Geographical Review**, v. 90, n. 2, p. 177, 2000.

SMALL BUSINESS PROJECT. Small businesses & crime impacts, costs, & constraints on growth (p. 16). Johannesburg, South Africa: SBP, 79 Oxford Road, Saxonwold. 2008.

SOUZA, G. A. N., ARAÚJO, P. Lazer para que te quero ver: desarmando violências, cultivando vidas e transformando o social. **Licere (Online)**, v.12, n.3, p.1–25. 2009.

SCHUMPETER, J. A. **The theory of economic development** (H. U. Press, Ed.). Cambrige, MA, US. 1934.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica Associação dos Geógrafos Brasileiros**, v.2, n.2, p.21–42. 2005.

TOMEI, P. A.; LIMA, D. A. A. Análise das barreiras que dificultam a transformação do agricultor familiar em empreendedor rural no contexto brasileiro. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v.13, n.3, p.107–122. 2014.

VEENHUIZEN, R. V. Estimulando a inovação na agricultura urbana. **Revista de Agricultura Urbana**, n.19, p.3–6. 2007.

YOSHIDA, S.; YAGI, H.; KIMINAMI, A.; GARROD, G. Farm diversification and sustainability of multifunctional peri-urban agriculture: Entrepreneurial attributes of advanced diversification in Japan. **Sustainability**, v. 11, n. 2887, p. 2–21, 2019.

*Recebido em: 10/06/2022*

*Aprovado em: 12/06/2022*

*Publicado em: 17/06/2022*